

SUMÁRIO

Apresentação.....	25
Panorama geral da obra	27

PARTE I

CONSTITUIÇÃO, ESTADO E ECONOMIA

I. ESTADO E ECONOMIA	33
1. Os grandes sistemas econômicos	33
1.1. O capitalismo	34
1.1.1. O modelo de mercado e o postulado da concorrência.....	36
1.1.2. O declínio do capitalismo na atualidade.....	37
1.2. O socialismo.....	38
2. A superação, na atualidade, do individualismo exacerbado do modelo capitalista clássico.....	41
3. Formas econômicas e ordem econômica	44
4. Posicionamento econômico do Estado.....	45
4.1. Considerações de caráter geral: a participação do Estado na vida econômica.....	45
4.1.1. Dificuldades classificatórias	45
4.2. O Estado liberal ou mínimo.....	46
4.2.1. Modelo descentralizado.....	48
4.2.2. O declínio do modelo	48
4.3. O Estado “interventor”	49
4.3.1. Sentido adotado	52
4.3.2. Formas de intervenção	54
4.3.3. A exacerbação do modelo intervencionista.....	55

4.4. O Estado social.....	56
4.5. O Estado socialista.....	59
4.6. O Estado “neoliberal”.....	60
4.7. Estado desenvolvimentista.....	62
5. O Estado perante as crises econômicas mundiais.....	63
Bibliografia.....	64
II. DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO.....	69
1. Economia e política.....	69
2. Constituição econômica.....	70
2.1. Surgimento.....	70
2.2. Conceito.....	73
2.3. Constituição econômica formal.....	76
2.3.1. Críticas à segmentação do texto constitucional.....	78
2.3.2. Conteúdo mínimo da Constituição econômica.....	79
2.4. Consequências da positivação constitucional do econômico.....	80
2.5. A constitucionalização do Direito econômico.....	81
3. Ordem econômica.....	82
3.1. Ordem pública econômica.....	83
Bibliografia.....	84
III. PRIMEIRAS CONSTITUIÇÕES A INCORPORAREM NORMAS ECONÔMICAS.....	87
1. Introdução.....	87
2. Constituição do México, de 1917.....	88
3. Constituição e Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Ex- plorado, da Rússia, de 1918.....	90
4. Constituição alemã, de 1919.....	91
5. Constituição da URSS, de 1924.....	92
6. Constituição da Espanha, de 1931.....	93
7. Constituição de Portugal, de 1933.....	93
8. Constituição do Brasil, de 1934.....	94
9. Constituição da URSS, de 1936.....	94
10. Algumas constituições do pós-guerra.....	95
10.1. Constituição da França, de 1946.....	95

10.2. Constituição da Itália, de 1947	96
10.3. Constituição alemã, de 1949	97
Bibliografia.....	98

PARTE II

DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO BRASILEIRO

I. AS NORMAS ECONÔMICAS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS...	103
1. Constituição do Império, de 1824.....	103
2. Primeira Constituição da República, de 1891	104
3. Constituição de 1934	106
4. Constituição “polaca”, de 1937.....	109
5. Constituição de 1946	111
6. Carta de 1967.....	115
7. Emenda Constitucional 1, de 1969	116
8. Constituição de 1988	118
8.1. Nova abordagem constitucional.....	118
8.2. Competências para legislar sobre assuntos econômicos	118
8.3. Tratamento da matéria.....	119
Bibliografia.....	121
II. FINALIDADES E PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988.....	123
1. Generalidades acerca dos princípios econômico-constitucionais	123
1.1. Princípios econômico-constitucionais em sentido amplo	123
1.2. Princípios econômico-constitucionais em sentido estrito.....	124
1.3. Princípios e finalidades.....	125
2. Finalidades da ordem econômica	126
2.1. Justiça social	128
2.2. Existência digna	129
2.2.1. Previsão.....	129
2.2.2. Caracterização.....	129
2.2.3. Conteúdo.....	130
2.2.4. Precedência em relação aos demais princípios?.....	130

2.3. Desenvolvimento nacional.....	131
3. Princípios da integração.....	133
Bibliografia.....	134
III. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA NACIONAL: UMA ABORDAGEM ECONÔMICA EM FACE DA GLOBALIZAÇÃO	137
1. Contextualização histórica	137
2. Significado clássico de soberania.....	138
3. O fenômeno da globalização.....	138
4. Soberania econômica	139
4.1. Significado.....	139
4.2. Regime constitucional de propriedade nacional forçada para certas empresas.....	140
5. Mundialização da economia e a nova Constituição econômica.....	142
5.1. <i>Dumping</i>	142
5.2. A nova Constituição econômica.....	143
Bibliografia.....	144
IV. PROPRIEDADE E SUA FUNÇÃO SOCIAL.....	147
1. Noção de propriedade.....	147
2. Síntese da evolução histórica	148
3. Breve história das ideias.....	149
4. Função social e sua compatibilização com o regime liberal	150
5. Função social.....	152
5.1. Função dominial ou direito de propriedade?.....	153
5.2. Regime da função social	154
5.2.1. Propriedade imóvel urbana e rural.....	154
5.2.2. Função social da propriedade urbana e necessidade de adequado aproveitamento	155
5.2.3. Função social da propriedade rural.....	156
5.2.3.1. Reforma agrária.....	157
6. O Estado como proprietário e como garante da propriedade	159
6.1. Da propriedade pública.....	159
6.2. Da propriedade bem de família	160
7. Limitações ao direito de propriedade	160

7.1. Conceito.....	160
7.2. Limitações decorrentes do poder de polícia: intervenção do Estado na propriedade dos particulares.....	161
7.3. Restrições.....	161
7.4. Servidões	164
8. Perda da propriedade	164
8.1. Desapropriação: perda da propriedade privada para o Estado.....	164
8.1.1. Conceito	165
8.1.2. Fundamento	165
8.1.3. Natureza	165
8.1.4. Espécies	165
8.1.5. Requisitos constitucionais	166
8.2. Expropriação	166
8.3. Decurso do tempo e usucapião: aspectos da função social da propriedade	167
8.3.1. Usucapião constitucional urbano.....	167
8.3.2. Usucapião constitucional rural	168
8.3.3. Usucapião de bens públicos	168
8.4. Destinação de terras públicas	168
8.5. Estatuto da Cidade	168
Bibliografia.....	169
V. PRINCÍPIO DA DEFESA DO CONSUMIDOR.....	173
1. Fundamentos gerais da proteção do consumidor	173
1.1. O consumismo.....	173
1.2. A vulnerabilidade do consumidor.....	174
2. Significado da proteção constitucional.....	175
3. Liberdade da pessoa consumidora e sua tutela.....	176
4. A Autonomia de vontade nos contratos e o intervencionismo estatal.....	178
4.1. Liberdade para contratar e liberdade contratual.....	180
4.2. Cláusulas contratuais abusivas	180
Bibliografia.....	182

VI. PRINCÍPIO DA DEFESA DO MEIO AMBIENTE.....	185
1. Significado constitucional da proteção do meio ambiente no âmbito econômico	185
2. Competências em matéria ambiental	186
3. Desenvolvimento econômico e ambiental	187
4. Direito econômico ambiental.....	188
5. A tutela constitucional do meio ambiente e suas inevitáveis implicações econômicas.....	188
5.1. Áreas de proteção ambiental	189
5.2. Reserva legal	190
5.3. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA.....	195
5.4. Da responsabilidade por fiscalizar o sistema de estocagem de combustíveis: estudo de caso.....	196
Bibliografia.....	198
VII. PRINCÍPIO DA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS E SOCIAIS	199
1. Previsão	199
2. Natureza.....	200
3. Significado e alcance	200
3.1. Redução das desigualdades regionais.....	201
3.2. Redução das desigualdades sociais	202
4. Âmbito subjetivo.....	203
5. Instrumentos	203
Bibliografia.....	204
VIII. PRINCÍPIO DA BUSCA DO PLENO EMPREGO	205
1. Significado	205
1.1. Norma com elevado grau de programaticidade.....	206
1.2. Plano econômico e busca do pleno emprego	207
1.3. Seguro-desemprego.....	207
2. Importância para os direitos trabalhistas	208
Bibliografia.....	209

IX. PRINCÍPIO DO TRATAMENTO FAVORECIDO A MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS	211
1. Regime constitucional das microempresas e empresas de pequeno porte	211
1.1. Exceção ao princípio da livre concorrência?.....	211
1.2. Definição de microempresas e empresas de pequeno porte	212
1.3. Alcance das normas constitucionais.....	213
1.4. Intenção do constituinte	214
2. Da lei regulamentadora do “Simples”	215
2.1. Da exigência de condições pela lei para receber o tratamento beneficiado	215
2.2. Da definição pela renda bruta e sua compatibilidade com a Constituição	216
2.3. A exclusão inconstitucional de certas profissões pela lei	217
2.3.1. Da ofensa direta ao art. 179.....	219
2.3.2. Da ofensa à livre-iniciativa e à livre concorrência.....	220
2.3.3. Da ofensa à isonomia	221
2.3.4. Da ofensa ao princípio da capacidade contributiva	223
2.4. Das Leis 9.841/99 e 10.034/2000 e a posterior Lei Complementar 123/2006	224
3. Da “ampliação” dos beneficiários do “Simples” pelo Judiciário	226
4. As cooperativas	228
Bibliografia.....	229

PARTE III

LIVRE-INICIATIVA E LIVRE CONCORRÊNCIA NO BRASIL

I. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE-INICIATIVA	233
1. Livre-iniciativa no Direito Constitucional brasileiro.....	233
2. Livre-iniciativa na Constituição brasileira de 1988	234
2.1. Amplitude da liberdade de iniciativa	235
2.1.1. Livre-iniciativa quanto à forma.....	237
2.2. Limitações à liberdade de iniciativa	238

3. Livre-iniciativa e criação de monopólios pelo Estado: uma relação delicada.....	240
3.1. Linhas propedêuticas e breve esboço histórico.....	240
3.2. Monopólio estatal: uma definição.....	241
3.3. Direito positivo.....	244
3.3.1. Criação de novos monopólios: instrumento formal exigido.....	246
3.3.1.1. A inserção de novas hipóteses de monopólio na Constituição: transitoriedade.....	249
3.4. Monopólio estatal e serviço público.....	251
Bibliografia.....	252
II. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA LIVRE CONCORRÊNCIA.....	255
1. Livre-iniciativa e livre concorrência.....	255
2. Livre concorrência e capitalismo.....	256
3. Definição.....	256
4. Objetivos.....	257
5. Fundamentos da repressão ao abuso do poder econômico dos agentes privados.....	260
5.1. Abuso do poder econômico.....	262
5.2. Formas de manifestação do poder econômico e de seu abuso.....	263
5.2.1. Dominação de mercado.....	265
5.2.2. Eliminação da concorrência.....	265
5.2.3. Aumento arbitrário de lucros e tabelamento de preços.....	266
6. Globalização e livre concorrência.....	269
6.1. Comércio e concorrência internacional.....	269
6.2. Tributação e o “custo Brasil”.....	271
Bibliografia.....	272
III. O ESTADO BRASILEIRO E SUA INTERVENÇÃO DIRETA NA ECONOMIA.....	275
1. Generalidades.....	275
2. Subsidiariedade.....	276

2.1. Aproximação inicial e impossibilidade de intervenção por ausência do setor privado	276
2.2. Excepcionalidade estatal: sentido atual de primazia da atividade econômica privada.....	277
3. O interesse público	278
3.1. Segurança nacional	279
3.2. Relevante interesse coletivo	280
4. Intervenção direta por monopólios: exemplos brasileiros	280
5. Serviço público.....	289
5.1. Serviço público e atividade econômica	289
5.2. Significado.....	290
5.2.1. Sentido lato ou subjetivo.....	290
5.2.2. Sentido restrito	290
5.3. Características.....	292
5.4. Serviços públicos em espécie.....	294
5.4.1. Estudo de caso: telecomunicações e radiodifusão sonora (rádios comunitárias) e difusão de sons e imagens	296
Bibliografia.....	298

IV. O ESTADO BRASILEIRO E SUA INTERVENÇÃO INDIRETA NA ECONOMIA	301
1. Considerações gerais.....	301
2. Agente normativo: o Estado regulador.....	302
2.1. Capacidade normativa de conjuntura: Executivo legislador.....	303
3. Fiscalização estatal.....	304
3.1. Estudo de caso: autonomia universitária e criação de novos <i>campi</i>	305
4. Incentivo estatal	308
5. Planejamento estatal.....	310
5.1. Planejamento e planificação	310
5.2. Planos econômicos.....	311
5.3. Vinculatividade.....	312
5.4. Os diversos planos econômicos na história constitucional do País....	313
5.5. Alcance dos planos	314

6. Reflexos econômicos da estrutura estatal ineficiente: uma forma de intervenção desautorizada e irregular	315
6.1. Judiciário lento e imprevisível	315
6.2. Legislação precária ou inconstitucional	316
6.3. Sistemas de fiscalização do comércio ineficientes	317
7. A intervenção pela ineficiência fiscalizadora	318
Bibliografia	318
V. A REFORMA DO ESTADO: DO ESTADO BUROCRÁTICO AO ESTADO GERENCIAL	321
1. O modelo de Estado brasileiro: preliminares	321
2. Concepção de Estado na Constituição de 1988	322
2.1. Reformas constitucionais e publicização	325
3. Organizações sociais: natureza, estrutura e objetivo	326
3.1. Ação direta de inconstitucionalidade 1.923-5/DF	328
Bibliografia	330
VI. ENTIDADES DE INTERVENÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	331
1. Considerações gerais	331
2. Administração Pública indireta	333
2.1. Autarquias	333
2.1.1. Agências reguladoras e os limites de sua atuação	334
2.1.2. Atuação do CADE	334
2.2. Fundações públicas	335
2.3. Empresas públicas	335
2.4. Sociedades de economia mista	336
2.5. Fórmulas de redução das estatais	337
3. Paraadministração ou paraestatais	338
3.1. Ordens e conselhos profissionais	338
3.2. Organizações sociais	339
4. Regime jurídico	341
Bibliografia	342

VII. PODER DE TRIBUTAR E CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	343
1. Poder de tributar e suas implicações na ordem econômica	343
2. Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	345
2.1. Competência impositiva	345
2.2. Restrições constitucionais ao desencadeamento da contribuição	345
2.3. Contribuição de intervenção incentivadora.....	348
2.4. Possibilidade de contribuição “em branco”.....	349
2.5. Necessidade de atendimento do critério da proporcionalidade pela contribuição	349
2.6. Possibilidade de repetição do campo de incidência próprio de um imposto	352
2.7. Aspecto temporal e a nova regulamentação.....	352
2.8. Necessidade de lei complementar e grau de sua exigência	353
2.9. Algumas contribuições de intervenção econômica já existentes ...	355
2.9.1. “Aplicação” obrigatória no ramo energético.....	355
2.9.2. Tributações para os fundos especiais de telecomunicações.....	355
2.9.2.1. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).....	355
2.9.2.2. Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel)	356
2.9.3. Adicional de imposto sobre combustíveis	357
2.9.4. Contribuição para o Programa Universidade-Empresa ...	357
2.9.5. Adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante...	358
2.9.6. Contribuição ao Instituto do Açúcar e do Alcool.....	359
2.9.7. Contribuição ao Instituto Brasileiro do Café	359
2.9.8. Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine)	360
3. O planejamento econômico e sua incompatibilidade com a contribuição de intervenção	360
4. Contribuições de intervenção e agências reguladoras.....	361
Bibliografia.....	362